



O governo federal estima que as novas parcelas do [novo auxílio emergencial](#), que começam a ser pagas nesta terça-feira (6), vão injetar R\$ 44 bilhões na economia. Mas economistas consultados pelo

**R7**

afirmam que o impacto será bem menor que no ano passado.

A nova rodada terá quatro parcelas com valor médio de R\$ 250. Mulheres chefes de família receberão R\$ 375 e pessoas que vivem sozinhas, R\$ 150. O total de beneficiados atingirá 45,6 milhões.

No ano passado, as cinco primeiras parcelas foram de R\$ 600 e mais quatro de R\$ 300, além do dobro do valor para as mães solteiras. O total pago chegou a R\$ 293,1 bilhões para 67,9 milhões de pessoas.

O presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, afirma que o pagamento do novo auxílio vai refletir em um aumento no consumo e aquecimento da economia. "É muito importante porque uma parcela da população mais carente que consome tudo", disse Guimarães.

Na avaliação do presidente da Caixa, esse recurso vai virar consumo entre as pessoas que serão beneficiadas. "Como aconteceu ano passado, faremos esse pagamento rápido, de uma

maneira ágil, que terá benefício por esse consumo quase integral de R\$ 44 bilhões", afirmou em entrevista à **RecordTV**.

No ano passado, somente por meio do aplicativo Caixa Tem, o benefício movimentou diretamente em lojas e supermercados R\$ 47,6 bilhões, sendo R\$ 35,5 bilhões em compras por cartão virtual e R\$ 12,1 bilhões em QR Code.

### Menos beneficiados

Além de alcançar menos beneficiados, com menor valor das parcelas, a [rodada deste ano](#) [n&atilde;o abrir&aacute; novo cadastro](#) para quem ficou de fora do programa em 2020, mas agora precisaria da ajuda. Serão beneficiadas pessoas que já estavam cadastradas pelo Cadastro Único, pelo aplicativo da Caixa ou Bolsa Família.

Para a economista Camila Abdelmalack, da Veedha Investimentos, o benefício desta vez não terá apelo em termos de impulso na atividade econômica. "O novo auxílio emergencial tem um caráter assistencialista, e não de impulso fiscal", afirma Camila.

Ela explica que o novo recurso tem também um perfil diferente das rodadas anteriores, quando parte da população acabou adquirindo um potencial de compra até mesmo de bens industrializados. "Agora a inflação de alimentação está bem elevada e a gente imagina que esse auxílio seja para subsistência", avalia a economista.

O dinheiro repassado pelo governo federal às famílias de baixa renda e trabalhadores informais impediu que o tombo do [PIB \(Produto Interno Bruto\), de 4,1%](#), fosse ainda maior no ano passado. Foi consenso entre economistas que o auxílio emergencial foi fundamental para o varejo e, se não houvesse o benefício, a queda teria sido muito maior.

Mas com o recurso mais enxuto e para menos beneficiados esse efeito não deve se repetir. "Diferentemente do ano passado, quando boa parte do recurso foi destinada ao consumo, agora as famílias devem usar o dinheiro para pagar contas atrasadas, já que estão há três

meses sem receber, sobrando muito pouco para algo que aceleraria o crescimento do Brasil", avalia o economista Jean Malta, assessor e sócio da Valor Investimentos.

Para ele, mesmo o programa tendo um custo menor este ano também atrapalha a questão fiscal. No ano passado, o benefício custou mais de R\$ 290 bilhões à União. Agora, a previsão é gastar R\$ 44 bilhões. "A gente tem observado a saída de investimentos estrangeiros tanto em fevereiro como em março. Essa saída deprecia o câmbio, e a gente pode ter alta do dólar nos próximos meses e, claro, inflação elevada", avalia.

### Inflação

A alta do custo de vida e o aumento dos preços dos alimentos também preocupam, porque as pessoas que receberem o auxílio terão menor poder de compra. No período de fevereiro de 2020 a fevereiro de 2021, o valor da cesta básica teve alta de 29%, conforme levantamento com base na pesquisa mensal da Fundação Procon-SP, em convênio com o Dieese. O preço médio era de R\$ 786,51 passou para R\$ 1.014,63

"Os preços dos alimentos, energia, gás e combustível tiveram reajuste considerável. Com o baixo valor do auxílio, o alto índice de pessoas desempregadas e o isolamento social, é inevitável que a gente terá um aumento da inadimplência", avalia Michel Varon, CEO especialista em dados da plataforma de análise de crédito Vadu.

O economista também afirma que a demora do governo federal para a retomada do pagamento do benefício, assim que começou a [segunda onda de casos de covid-19](#) no país, provocou impacto na inadimplência. "As pessoas acabaram esgotando tudo que conseguiram juntar. Isso gera impacto tanto na vida dos cidadãos, como na economia como um todo."

De qualquer forma, a entrada dos recursos do auxílio emergencial no mercado é sempre importante, porque é um valor adicional. A opinião é do economista Marcel Solimeo, da Associação Comercial de São Paulo.

Mas ele defende que só a volta das atividades econômicas e a recuperação do emprego terão

efeitos na economia. "Sem isso não podemos ter expectativa mais positiva para o desempenho econômico. Agora temos que esperar que a vacinação possa avançar e o com isso permitir que o país gradativamente vá retomando sua economia", afirma Solimeo.

**Fonte: R7**